

**HABEAS CORPUS Nº 515.353 - SP (2019/0167854-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIANA FERREIRA CAVALCANTE - GO031724  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RAPHAEL PRADO SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **RAPHAEL PRADO SILVA**, no qual se aponta, como autoridade coatora, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, à pena de 5 anos de reclusão, no regime inicial fechado, com o pagamento de 500 dias-multa (e-STJ, fls. 19-23).

O *Parquet* manejou apelação criminal, perante o Tribunal de origem, que lhe deu parcial provimento, nos termos da seguinte ementa:

"APELAÇÃO - Tráfico de entorpecentes - Recurso do Ministério Público - Incremento da pena-base - Possibilidade - Expressiva quantidade e variedade de drogas - Acréscimo de 1/6 em consonância com os critérios do art. 42 da Lei 11.343/06 - Confissão espontânea - Reconhecimento - Confissão que auxiliou na elucidação dos fatos - Incidência da Súmula 545 do C. STJ - Devida compensação da reincidência com a atenuante da confissão - Recurso ministerial parcialmente provido".  
(e-STJ, fl. 225).

Neste *writ*, a Defensoria Pública Estadual sustenta haver constrangimento ilegal na dosimetria da pena imposta, fazendo-se "imperioso o afastamento do acréscimo operado na pena-base, tendo em vista que, embora não seja ínfima a quantidade e variedade da droga apreendida, também não destoa do que normalmente se verifica na figura do tráfico de varejo" (e-STJ, fl. 7).

Assevera que "a correta análise de tal circunstância não tem o condão de elevar a pena-base com fulcro no artigo 42 da Lei n. 11.343/06" [...], tendo em vista que "foram apreendidos aproximadamente 175 gramas de entorpecente em poder do paciente, sendo evidente que tal quantidade não pode ser reputada excessiva ou anormal" (e-STJ, fl. 8).

Pugna, assim, pela concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja a pena fixada no patamar mínimo legal.

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não

vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual será analisado em momento oportuno.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Após, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

